

Instituto Anelo

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-10366

Aos Administradores do
Instituto Anelo
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Anelo (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Anelo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores comparativos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto Anelo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de dezembro de 2022

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Élica Daniela da Silva Martins
Contador CRC 1SP-223.766/O-0

Instituto Anelo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO

			2020
	Nota	2021	(Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa - sem restrição	4	101.229,95	490.157,40
Caixa e equivalente de caixa - com restrição	4	1.753.380,39	194.230,88
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	122.795,06	112.272,27
Total do ativo		<u>1.977.405,40</u>	<u>796.660,55</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u> <u>(Não auditado)</u>
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		63,70	34,37
Obrigações trabalhistas e previdenciária	7	7.769,92	2.414,67
Total do passivo circulante		<u>7.833,62</u>	<u>2.449,04</u>
Patrimônio social	8	1.969.571,78	794.211,51
Total do passivo e patrimônio social		<u>1.977.405,40</u>	<u>796.660,55</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações do superávit para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	Nota	2021	2020 (Não auditado)
Receita líquida	9	2.176.817,30	981.066,27
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	10	(1.015.786,67)	(863.137,31)
		(1.015.786,67)	(863.137,31)
Superávit antes do resultado financeiro		1.161.030,63	117.928,96
Receita financeira	11	(5.113,14)	(4.047,66)
Despesas financeiras	11	19.442,78	4.247,85
Superávit do exercício		1.175.360,27	118.129,15

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações do superávit abrangente para os exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	2021	2020 (Não auditado)
	<u>2021</u>	<u>(Não auditado)</u>
Superávit do exercício	1.175.360,27	118.129,15
	-----	-----
Outros resultados abrangentes	-	-
	-----	-----
Resultado abrangente do exercício	<u>1.175.360,27</u>	<u>118.129,15</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	676.082,36
Superávit do exercício	118.129,15

Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	794.211,51
Superávit do exercício	1.175.360,27

Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>1.969.571,78</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Anelo

Demonstrações dos fluxos de caixa exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	2021	2020 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.175.360,27	118.129,15
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.925,80	-
Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivo:		
Obrigações tributárias	29,33	(34,65)
Obrigações trabalhistas e previdenciária	5.355,25	(2.686,65)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.193.670,65	115.407,85
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(23.448,59)	(1.724,64)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(23.448,59)	(1.724,64)
Aumento em caixa e equivalente de caixa no exercício	1.170.222,06	113.683,21
Demonstração da variação de caixa e equivalência de caixa		
Caixa e equivalente no início do exercício	684.388,28	570.705,07
Caixa e equivalente no final do exercício	1.854.610,34	684.388,28
Aumento em caixa e equivalente de caixa no exercício	1.170.222,06	113.683,21

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Anelo ("Entidade" ou "Instituto"), foi fundado em 10 de maio de 2000, constituído sob a forma de associação civil de fins não econômicos e não lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 05.896.161/0001-29, de caráter cultural e de promoção de direitos, com sede e foro à rua Vicente de Marchi, nº 718, bairro Jardim Florence I, CEP 13059-045, na cidade de Campinas/SP e com duração indeterminada. O Instituto tem como objetivo a promoção, de forma complementar e gratuita, da educação, bem como o desenvolvimento humano e técnico da música atuando nas áreas de cultura e assistência social, de modo a contribuir com o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos por meio da música e da cultura. Suas atividades podem resultar em alternativas de profissionalização do público atendido - pessoas capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 19 de dezembro de 2022.

1.1. Impactos da COVID-19

O Instituto Anelo avalia constantemente o impacto da COVID-19 nas atividades, buscando implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos da pandemia. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- O modelo de trabalho voluntário 100% home office, desde o início da pandemia – COVID-19 em março de 2020;
- Maior controle de despesas em geral;

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em sua atividade, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Instituto Anelo concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação às suas demonstrações contábeis."

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas definidas na Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade

b) **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

d) **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) **Ativos financeiros**

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Contas a receber de subvenções, convênios e parcerias

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal das doações, que representam esses créditos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre aplicações CDB. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas e despesas bancárias e descontos concedidos.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- Custo de materiais e mão de obra;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessário para que o item seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Provisão para “Impairment”

A Entidade avalia os valores de recuperação de seus bens do ativo imobilizado, constituindo provisão para recuperação quando identificadas evidências de problemas de recuperação.

c) Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

O Instituto registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9 e 10.

d) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes. Nos ativos e passivos não circulantes, quando se configurarem situações em que estes valores requeiram, são praticados os ajustes a valor presente.

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer nos doze meses subsequentes à data de apresentação das demonstrações contábeis. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes.

e) Provisão para processos judiciais

É registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Entidade em conjunto com seus assessores legais, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Entidade.

f) Apuração do resultado

O resultado das operações do Instituto Anelo é apurado de acordo com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas, bem como os custos e as despesas são reconhecidas no resultado no momento em que estas ocorrem, independentes da sua realização.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta de cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor:

	2021	2020 (não auditado)
Caixa	859,14	458,58
Bancos	500,00	377.659,43
Aplicações de liquidez imediata sem restrição	99.870,81	112.139,39
Aplicações de liquidez imediata com restrição (i)	1.753.380,39	194.230,88
Total	1.854.610,34	684.388,28

A taxa de remuneração é de 90% a 100% do CDI referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de aplicação financeira corresponde ao montante de R\$1.753.380,39. Estas aplicações, têm como objetivo a utilização específicas em projetos determinados através de subvenções governamentais e entidades sem fins lucrativos, não podendo ser utilizado para outros fins.

5. Contingências

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração entendeu que não há processos em curso com probabilidade de perda provável e possíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	8.998,80	101.548,83	110.547,63
Aquisição	1.184,73	539,91	1.724,64
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	10.183,53	102.088,74	112.272,27
Aquisição	117,96	23.330,63	23.448,59
Depreciação	1.712,52	11.213,28	12.925,80
Em 31 de dezembro de 2021	8.588,97	114.206,09	122.795,06
Taxa anual de depreciação %	10%	10%	

7. Obrigações trabalhistas e previdenciária

	2021	2020 (não auditado)
Salários e ordenados a pagar	4.834,16	978,28
INSS a recolher	2.102,59	1.202,80
FGTS a recolher	514,75	214,87
Cont. Sindical	318,42	18,72
Total	7.769,92	2.414,67

8. Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelos superávits e/ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social o instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Desta forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

9. Receita líquida

	2021	2020 (não auditado)
Receitas (i)	2.176.817,30	981.066,27
Total	2.176.817,30	981.066,27

(i) Refere-se a doações de pessoas físicas e jurídicas.

10. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020 (não auditado)
Prestação de serviços	15.355,47	18.675,56
Pessoal	77.234,70	30.438,17
Impostos, taxas e contribuições	3.608,13	3.733,21
Publicidade e propaganda	5.000,00	840,00
Material de consumo	20.148,47	9.831,53
Serviços prestado por terceiros PJ	823.310,43	625.499,40
Serviços terceiros PF	7.131,70	72.837,10
Cursos - Capacitação	3.328,38	-
Eventos	2.700,00	-
Manutenção	9.974,53	60.980,63
Benefícios e Encargos	33.297,01	17.999,63
Material Pedagógico	390,00	-
Deslocamento	5.839,86	8.484,41
Aluguel	-	2.150,00
Outros	12.925,80	13.042,67
Recuperação de despesas	(4.457,81)	(1.375,00)
Total	1.015.786,67	863.137,31

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as prestações de serviços de auditoria que perfazem um valor de R\$ 31.850,00 (trinta e um mil, oitocentos e cinquenta reais), que foram fornecidas pela Grant Thornton Auditorias e Consultoria Ltda a título de gratuidade.

Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos, a Entidade identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante os exercícios de 2021. O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntariados bem como seu nível de formação técnica, o montante foi estimado em R\$ 294.320,00 (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte reais).

11. Resultado financeiro

	2021	2020 (não auditado)
Despesas financeiras	(5.113,14)	(4.047,66)
Juros recebido por aplicações	19.442,78	4.247,85
Total	14.329,64	200,19

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme Notas Explicativas nºs 4 e 5). O Instituto não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Instituto. O risco de crédito decorre de Caixa e Equivalentes e Aplicações em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Instituto e monitorada pela diretoria do Instituto Anelo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Instituto para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O Instituto investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

* * *